

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO. *de* Geografia

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS

VOL. 14 - N.º 1 - JAN./DEZ. 1994



AMÉRICA: DESENVOLVIMENTO OU EXPLORAÇÃO COLONIAL E NEOCOLONIAL?

*Horieste Gomes**

RESUMO

Este artigo tem por objetivo mostrar o subdesenvolvimento da América Latina imposto pelo colonialismo e neocolonialismo.

Primeiro, procura-se colocar em evidência o papel que a Inquisição e o Iluminismo tiveram nesta política; em seguida, mostra-se a dominação imperialista via mundialização do capital financeiro, este justificado pelas teorias ideológicas (geográficas econômicas) do liberalismo e do neoliberalismo (político e econômico) atuais.

UNITERMOS: Subdesenvolvimento/Colonialismo e Neocolonialismo

Inicialmente, colocamos a interrogação: nesses 500 anos de América houve desenvolvimento ou retrocesso? Será que a América recebeu uma contribuição efetiva de cinco séculos de colonização européia e norte-americana?

Na realidade, no transcurso destes cinco séculos de dominação política, econômica e cultural, a América foi submetida aos ditames do colonialismo, passando, no processo do próprio desenvolvimento do capitalismo, do colonialismo para o neocolonialismo. Na verdade, apenas houve uma mudança na forma, na tática e na estratégia de dominação, em razão da mudança do próprio capital que, ao longo dos séculos, foi-se constituindo no elemento hegemônico, centralizador em termos de divisão internacional do trabalho, do espaço e do domínio científico-tecnológico. Processo este de espacialidade geográfica já que nós conhecemos relativamente pouco da América, especialmente da América Latina.

* Professor do Departamento de Geografia/UFG

Historicamente, nos primeiros séculos de colonização, presenciamos o espólio da América (espólio este concreto, real) sob a forma de saque dos recursos e riquezas das colônias e nações latinas, acompanhado de violenta marginalização dos nativos ameríndios e dos 100 milhões de negros africanos submetidos à escravidão, também de muitos colonos de origem européia e nativos.

Houve, realmente, um processo de descaracterização cultural em vez de um progressivo processo civilizatório, na afirmação do conceituado antropólogo Darci Ribeiro.

Quando afirmamos que a América foi submetida à dilapidação econômica e cultural efetuada pelo colonizador branco alienígena, torna-se necessário situar, no contexto dos seus 500 anos de história, o estágio de desenvolvimento alcançado pelos capitalismo europeu e estadunidense – da acumulação primitiva à acumulação ampliada do capital, isto é, do capitalismo mercantilista ao capitalismo monopolista e neomonopolista (imperialista), o que significa passar do mercantilismo ao liberalismo econômico e político, e deste, ao imperialismo político e econômico. O estudo do chamado desenvolvimento europeu (séculos XVI, XVII e XVIII) revela-nos o papel do mercantilismo no fortalecimento do capitalismo nascente em sua desenfreada ambição (mais que necessidade) de superar a acumulação simples do capital e de concentrar riquezas.

É preciso analisar como o mercantilismo caminhou para o liberalismo econômico e deste para o liberalismo político. Surge uma pergunta: o que foram as famosas revoluções burguesas? O desenvolvimento do sistema capitalista, decorrente em grande parte da economia mercantil e da Revolução Industrial, exigia cada vez mais que o liberalismo econômico não fosse tolhido pelo liberalismo político. Havia premente necessidade da conquista do poder político que estava em mãos da chamada monarquia absolutista, que já se constituía em entrave ao desenvolvimento capitalista. Se, na queda do regime feudal e conseqüente implantação do capitalismo, a criação dos Estados Nacionais e respectivas monarquias nacionais foi fundamental ao desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo nascente, agora, a situação era outra. A centralização absolutista e teológica do poder político dos monarcas passou a ser um entrave, um estorvo ao desenvolvimento das forças produtivas do liberalismo econômico.

O mercantilismo cresceu e expandiu-se e, com ele, o avanço das idéias e práticas liberais. Seu lema¹ era deixar circular as idéias, as mercadorias; abrir as fronteiras econômicas e quebrar as barreiras alfandegárias, etc. Por sua vez, a Revolução Industrial, a todo vapor, necessitava para a sua expansão da queda dos governos despóticos, autocráticos e teocráticos.

É nesse contexto de evolução européia que se dá a descoberta da América, porquanto civilizações brilhantes (como a dos astecas, toltecas, zapotecas, maias, chibchas, incas, etc.) já existiam. Hoje, os historiadores estão novamente levantando essa questão: houve descobrimento ou encontro?

Na verdade, sabemos que as terras da América já eram povoadas há milhares de anos por civilizações que nos legaram um rico patrimônio cultural e que contribuíram de maneira positiva para o contínuo processo civilizatório da humanidade.

Sabemos também que a maioria das civilizações e culturas ameríndias foram, num período muito curto, dizimadas pelo 'colonizador' branco.

Enquanto nos Estados Unidos a acumulação foi mais lenta e, em grande parte, calcada no trabalho e na pequena propriedade, na América Latina, deu-se o oposto, uma vez que a construção do 'desenvolvimento' foi fruto do conluio entre as monarquias espanhola e portuguesa e as elites do poder local. Elas buscaram o enriquecimento fácil por meio da prática da violência, do roubo, do saque, da grilagem, enfim, do espólio traduzido em apropriação ilícita dos recursos e riquezas do continente latino.

Esta afirmação não isenta a colonização do emprego da violência e a considera como pacífica e honesta. A violência sempre foi uma prática geral utilizada pela maioria dos colonialistas.

Como exemplo, a 'colonização' das populações do mar das Caraíbas (América Central) dizimou, em menos de 50 anos, em nome da ordem e da fé estabelecidas pelos conquistadores espanhóis e de outras nacionalidades, a grande totalidade dos nativos do continente e das terras insulares.

1 "Laissez faire, laissez passer", famosa expressão de Adam Smith.

Do lado português, a colonização feita pelos donatários (capitanias hereditárias) e, posteriormente, pelo sistema de sesmarias veio a se constituir nos primeiros latifúndios da estrutura fundiária brasileira.

O regime das sesmarias (doações de propriedades concedidas pelos representantes da Coroa, inclusive pelos capitães-mores) atravessou gerações e veio a desaparecer no século XIX com o surgimento do colonato e das grandes fazendas de açúcar, de café e de outros produtos.

Fica evidente que o domínio da propriedade no Brasil (capital, terra e trabalho) é fruto de um longo processo de apropriação da terra, em que o colonizador apresenta-se travestido de 'civilizador' e o colonizado, um contínuo expropriado de sua força de trabalho. E que o domínio do 'civilizado' decorre dos seus interesses pragmáticos determinados pelo estágio de desenvolvimento político e econômico alcançado pelo regime capitalista.

A mercantilização conduziu à acumulação do capital, principalmente em forma de propriedade da terra, formando as grandes fazendas, propriedades estas presentes, de maneira imperativa, em todas as nações da América Latina.

No Brasil, após o golpe político-militar de 64, o capitalismo penetra de forma mais acentuada no campo em busca das riquezas dos reinos mineral, animal e vegetal. Criam os denominados complexos agro-industriais que passam a gerar novos dividendos, em forma de propriedade e renda da terra, além de produtos industrializados.

Da fase colonialista à neocolonialista surge o capital mundializado, sob o controle maior da nação hegemônica norte-americana. No quadro histórico do Renascimento, da expansão do colonialismo e do mercantilismo e da afirmação do liberalismo econômico europeu, o Iluminismo² começou a ganhar espaço entre os defensores da nova ordem estabelecida. Nações como a Inglaterra, a Holanda (precursoras das revoluções burguesas), os Estados Unidos e a França rapidamente incorporaram os ideais iluministas ao processo de desenvolvimento de seus países. A luta contra

2 O Iluminismo, como corrente político-social, apesar de possuir uma base de cunho idealista por considerar a consciência determinante no desenvolvimento da sociedade, contribuiu de maneira significativa para o advento das revoluções burguesas. Voltaire, Rousseau, Montesquieu, Herder, Goethe e muitos outros foram importantes iluministas.

a influência das ideologias eclesiástica e feudal, contra a Igreja e seu dogmatismo religioso, contra os métodos escolásticos de pensar e agir foram, entre outros, valiosos ensinamentos que ajudaram concretamente na expansão das forças produtivas do capitalismo. Na segunda metade do século XVIII, os Estados Unidos já haviam ultrapassado a própria Inglaterra em termos de desenvolvimento industrial.

Enquanto as nações européias, que viviam a chamada Revolução Industrial, caminhavam nesse sentido respaldadas pela filosofia e ideologia do Iluminismo, Portugal e Espanha buscaram, como forma de compensação, o enriquecimento por meio das famosas expedições colonizadoras e civilizadoras, atravessando os oceanos em nome da civilização e da fé cristã, procurando impor, via pragmatismo vulgar, o seu domínio político, econômico e cultural.

Silvio Bray cita a importância de se estudar o Iluminismo, mencionando como exemplo o relevante papel desempenhado pelo iluminista Marquês de Pombal na História do Brasil. Pela mesma razão, os nossos patriotas que lutaram pela nossa Independência foram homens inspirados pelos ideais do Iluminismo.

No final do século XVI, inicia-se o trabalho da Inquisição (regida pelo código-mor de Torquemada³) no contexto da territorialidade geográfica da América Latina. Criada por Felipe II da Espanha em 1569, foram institucionalizados dois tribunais de inquisição: o de Lima com jurisdição até aos países do Prata e o do México, que compreendia Nova Espanha e Guatemala. Em 1610, foi criado o de Cartagena, abrangendo os territórios da Venezuela, Panamá, Cuba e Porto Rico.

Os propósitos da Inquisição na América Latina foram, entre outros, a perseguições aos judeus tidos como hereges, aos cristãos novos (os convertidos), aos humanistas e enciclopedistas, aos patriotas revolucionários que lutavam pela independência das colônias, às publicações consideradas nocivas ao poder e à ideologia cristã.

Pelo lado econômico, o saque aos bens dos hereges sob suspeita revelava o autoritarismo e o caráter empresarial (a Inquisição como empresa) das autoridades inquisidoras espanholas e portuguesas.

3 Tomás Torquemada, o mais diabólico inquisidor que a História registra, fez milhares de vítimas em seus 18 anos como dirigente do tribunal inquisidor espanhol.

O *Contrato Social* de Rousseau, a *Declaração dos Direitos do Homem*, as obras de Voltaire, Diderot, Thomas More, Bacon, Bartolomeu de Las Casas, Kepler, Tycho Brahe, Giordano Bruno são exemplos de publicações colocadas no index das obras proibidas pela estrutura inquisitorial do poder do papado.

Permanece na questão da libertação da América Latina, 'conquistada' ao longo dos séculos por meio dos movimentos libertários nacionalistas, uma indagação: como se conquista a liberdade política se a liberdade econômica não prevalece?

Se a conquista do poder político constitui um passo importantíssimo rumo à efetiva autonomia política não significa que a nação libertada tornou-se independente, pois o capital hegemônico continua, às vezes por longo tempo, a tutelar o Estado 'libertado'.

O mercantilismo não deixa de existir, pois o capitalismo continua produzindo relações mercantis, que são significativas na reprodução do próprio sistema, muito embora ele como regime político, econômico e ideológico somente pode se perpetuar pela contínua reprodução da lei econômica do lucro máximo.

Se o capitalismo ficar subordinado à reprodução média ou pequena do capital, pode-se sem nenhum erro de análise datar a temporalidade do seu atestado de óbito.

Para que ele se reproduza como sistema político-econômico, dotado de estrutura de poder hegemônica, há que se manter ininterruptamente a reprodução ampliada do capital, o que permitirá superar a concorrência intercapitalista no plano das grandes empresas nacionais, transnacionais e multinacionais (trustes, cartéis, monopólios, oligopólios) e suas crises cíclicas.

A partilha do continente africano despojado pelo colonialismo europeu foi, em certa dimensão, apoiada pela concepção geográfica do determinismo geográfico⁴.

Louvaram as regiões geográficas possuidoras de importantes recursos naturais e de populações diligentes, em contrapartida desprezaram

4 O determinismo e o possibilismo geográficos são ambas concepções deterministas calcadas no meio natural e na região geográfica.

as regiões não providas de potencialidades minerais, essências e vegetais, solos agricultáveis e populações não diligentes, eternamente sufocadas pelas condições climáticas, no dizer deles.

Todas as teorias deterministas caminharam nessa linha que enfatizava a posição geográfica, as condições climáticas, as potencialidades dos RN, a superioridade cultural e racial, etc. Na chamada teoria da paisagem, muito propalada, a paisagem ideal era aquela que produzia dividendos (a paisagem do café, da borracha, do cacau, das especiarias, da cana-de-açúcar, etc.). A própria concepção demográfica malthusiana – por sinal, determinista – constitui, como as demais, exemplos elucidativos de práticas colonialistas.

No fundamental, as potências capitalistas reduziram sistematicamente as colônias a apêndices econômicos.

Eduardo Galeano, em *Veias Abertas da América Latina*, emite uma expressão muito concreta em seu riquíssimo livro de denúncias: "os minerais (dos países da A. Latina) representam os pulmões dos Estados Unidos", tendo em vista que os Estados Unidos haviam assumido a hegemonia do comando do processo produtivo mundial.

No final do século XIX, o capital que já havia anteriormente ultrapassado a sua fase de acumulação primitiva e conquistado a sua forma ampliada (centralização e concentração) passa a utilizar o neocolonialismo, o emprego da força do capital como a mais sofisticada arma de domínio ideológico.

Quem leu Lênin (*O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*) e Rosa Luxemburgo (*Economia Política*) compreende bem por que a exportação de capitais passou a ser a mais importante arma de dominação neocolonialista. Os representantes de países e grupos monopolistas defenderam e defendem que os investimentos, em forma de capitais, são muito mais operacionais e rentáveis do que os impostos pelo uso da força física.

Na realidade, quando saímos do colonialismo ficamos subordinados a sua nova roupagem: o neocolonialismo. Isso significa dizer que a sua essência exploradora permanece a mesma. Pela mesma razão, quando saímos do positivismo que contribuiu com a sua formulação teórica e pragmática para o desenvolvimento do liberalismo político e econômico, caímos no neopositivismo (positivismo lógico), que defende o

desenvolvimento científico-tecnológico como pilar fundamental à continuidade e à expansão do sistema capitalista.

Ao estudar Popper, Bunge e Russel, por exemplo, fica bastante transparente o relevante papel que eles dão à ciência e à tecnologia como pressupostos básicos para a teoria do conhecimento humano.

Para justificar a expansão capitalista na seqüência das formas de que se reveste o capital, do capital hegemônico mercantil ao capital hegemônico mundializado, os grandes ideólogos do sistema buscaram a fundamentação teórico-ideológica em teorias variadas: desenvolvimento/subdesenvolvimento; convergência; modernização; coexistência seletiva; exclusividade americana; pluralismo ideológico, etc. Teorias estas que sempre receberam o apoio de governos, instituições e empresas para as suas divulgações em todo o mundo. Elas não se limitam aos espaços dos países desenvolvidos, mas, preferencialmente, foram difundidas no denominado Terceiro Mundo como teorização ideológica a serviço do capital. Há que resgatar as teorias sob o mesmo enfoque, cujos teóricos se posicionaram e se posicionam contra o subdesenvolvimento dos povos e nações imposto pelas políticas econômicas de países desenvolvidos (exemplo: *Teoria da Dependência*, de G. Frank, existência de 'cadeias' metrópole-satélite).

O objetivo principal das teorias, principalmente o das denominadas teorias da convergência,⁵ era e é o de manter as sociedades nacionais alienadas política e ideologicamente, a fim de que elas aceitassem e aceitem a nova ordem neopositivista do sistema vigente – ordem política, econômica e social, respaldada pela filosofia e respectiva ideologia do próprio regime. Absolutizaram o papel da ciência e da técnica no desenvolvimento da sociedade humana e subestimaram o desempenho revolucionário das classes progressistas da sociedade, principalmente o do operariado. Quando analisamos as teorias, não apenas as deterministas, mas notadamente as mais atualizadas, notamos como elas vão sendo substituídas na medida em que deixam de atender, em determinado momento histórico, os interesses, os objetivos pragmáticos de ordem político-econômica do sistema capitalista.

5 Alfred Meyer (*Theories of Convergence*); Isaac Deutscher (*Socialismo Democrático*); Walt Rostow (*Estádios do Crescimento Econômico*); Sorokin, Duverger, Galbraith, e outros.

A partir da concepção dos "estádios históricos" de W. Rostow, teoria econômica anti-histórica (embora hoje muito criticada pelos apologistas do sistema capitalista) que teve o seu papel histórico na defesa da validade e da continuidade do *modus vivendi* capitalista.

Resumindo: nações atrasadas, como as da América Latina, são subdesenvolvidas em razão de não terem historicamente alcançado o desenvolvimento das nações européias e dos Estados Unidos. O atraso é uma questão histórica; há que se deixar passar os séculos para que nações não evoluídas atinjam o desenvolvimento das evoluídas da atualidade. Esta é uma concepção teórica oportunista e alienante por querer manter populações subdesenvolvidas, no sentido restrito da temporalidade histórica. É só uma questão espaço-temporal para que haja evolução efetiva das sociedades não desenvolvidas.

Nas décadas de 50 e 60, começaram a surgir as chamadas teorias da convergência que propugnaram, principalmente no decênio de 70, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia como pressuposto básico à superação do subdesenvolvimento.

Embora haja divergências na formulação teórica entre certas teorias, todavia, no fundamental, todas se posicionam contra a real emancipação político-econômica das nações do Terceiro Mundo. Seus ideólogos são contra os movimentos de libertação nacional, buscando neutralizá-los via repasse de ideologias alienantes, elaboração e execução de planejamento da economia. No essencial, além de mentores são consultores de grupos econômicos internacionais.

Por esta razão, os grandes teóricos elaboram, além da tática, estratégias futuras para a busca de objetivos maiores. A tática é a ação pragmática para o presente e a estratégia é o futuro a ser alcançado.

Os movimentos libertários tentam romper o jugo e o domínio do capital mundializado que utiliza os Estados Nacionais dependentes como subsistemas (sistema periférico) do sistema gestor central.

O Brasil é um bom exemplo de capitalismo monopolista de Estado, a serviço do capital financeiro internacional.

Anita Leocádia Prestes, filha do saudoso revolucionário Luiz Carlos Prestes, em recente artigo, analisa o desenvolvimento e as implicações desse capitalismo no marco do território nacional.

Na sua primeira fase, o capital mercantil impõe uma certa homogeneização da economia em que a produção e a comercialização se pautavam pela independência dos setores produtivos e comerciais. O capitalismo clássico de livre concorrência definia a autonomia dos empresários de acordo com os investimentos neste ou naquele setor produtivo. Em certa dimensão, cada um se mantinha no marco de sua espacialidade geográfica.

É como Lênin escreveu: "Os anos de 1789 a 1871 marcaram o período do capitalismo progressista, durante o decorrer do qual teve como missão histórica a derrubada do regime feudal e do absolutismo, e a libertação do jugo estrangeiro....".

Na fábrica, a divisão do trabalho imprime maior produtividade e o empresário começa a encontrar dificuldades em termos de comercialização do produto produzido que se destina a ser mercadoria.

A monopolização conduz, por sua vez, à mundialização da economia. Com o advento do imperialismo passa a haver exportação de capitais como forma ideológica de domínio político-econômico sobre as nações dependentes.

Na etapa presente, a mundialização da economia impõe ao capital uma nova identidade ao se revelar mundializado sob a forma de capital financeiro, isto é, resultante da fusão do capital bancário com o industrial.

Acoplado ao Estado que funciona como o subsistema do sistema central, o capital adquire a dimensão de capital monopolista de Estado, a serviço das multinacionais, das transnacionais e dos grandes grupos financeiros.

Milton Santos em seu artigo "Espaço e Dominação" analisa bem a mundialização do capital monopolista, o controle que ele exerce sobre a produção local, regional e nacional para atender a demanda internacional. Ele demonstra como a economia regionalizada funciona como um subsistema do sistema central hegemônico. O exemplo das unidades produtivas da gauchada no sudoeste goiano é o atestado da falsa identidade nacional.

Retornando a teorias modernas da convergência no seu conjunto, constata-se que elas colocavam – e colocam –, como objetivo maior, a tarefa de repassar à sociedade humana, notadamente aos povos e nações

dependentes, a ideologia do capitalismo como sistema superior, promotor da prosperidade do homem e da justiça social. No fundo, o propósito é o de eternizá-lo como regime histórico.

Um exemplo elucidativo é o Relatório Pearson⁶ elaborado em 1968, em Londres, por representantes do capital financeiro internacional, entre eles a figura do senador Roberto Campos. A finalidade era montar uma nova estratégia de dominação neocolonialista, haja vista os movimentos de libertação nacionais que eclodiam no denominado mundo subdesenvolvido e colocavam em perigo a segurança dos interesses do grande capital internacional, em vista das contradições intercapitalistas que avolumavam as crises cíclicas do próprio sistema. Outro objetivo também era a harmonização simultânea do desenvolvimento com o subdesenvolvimento via interdependência capitalista, isto é, com a cooperação mútua a favor, evidentemente, do centro hegemônico do capital.

Vamos tomar o Brasil como exemplo. Em 1968 estavam assentadas aqui as bases institucionais políticas, econômicas e jurídicas (os famosos Atos Institucionais – AIs – e o PNDI) para a entrada maciça e o domínio do capital multinacional.

Em 1975, temos a Trilateral como nova estratégia de dominação, destinada a superar o processo de crise econômica que atingia o capitalismo; um exemplo é a crise do petróleo. No Brasil, o 'milagre' brasileiro do governo Geisel havia se esgotado neste mesmo período.

Havia necessidade de repassar maior apoio financeiro aos países dependentes que, segundo os magnatas internacionais, estavam a exigir mais empréstimos. O primeiro grande empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Brasil (governo Figueiredo) acerta um golpe fatal em nossa débil independência político-financeira, ao liberar totalmente a remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior.

É importante chamar a devida atenção da nossa juventude em formação no sentido de aprofundar o seu conhecimento a respeito do poder exercido pelas diferentes formas do capital internacional. É importante perceber como esse capital fica oculto, mascarado, às vezes diluído, a ponto

6 Lester B. Pearson, *Partners in Developments*, (Relatório Pearson).

de revelar-se desprovido de poder de decisão, de mando e imposição, de corrupção, etc.

É necessário que a juventude mergulhe mais na busca do conhecimento real dos mecanismos do modo de produção, embutido na formação sócio-econômica, a fim de que possa compreender a reprodução dialética da sociedade humana (materialismo histórico) ao longo das eras históricas.

Goiás, mais propriamente o sudoeste goiano, responsável em grande parte pelas supersafras tão decantadas pelo governo do Estado, pode ilustrar como o capital financeiro controla preço, compra e venda da soja, do gado, do milho, etc.; produção gerada, em grande parte, pela gauchada. O capital utiliza-se do produtor nacional que obtém financiamento via Banco do Brasil (o subsistema funcionando para o sistema) e ocupa o espaço regional, criando uma falsa identidade de que a produção é nossa e para nós.

Quem pensa encontrar, na espacialidade concreta regional, a presença da grande empresa multinacional fica, na maioria das vezes, decepcionado, visto que ela faz o gerenciamento dos bastidores.

O advento do golpe de 64 criou as condições favoráveis à instalação no campo das grandes empresas nacionais e multinacionais ligadas aos denominados projetos agroindustriais. Assim, o capitalismo passa a incorporar em seu patrimônio mais uma reserva de valor econômico, traduzida na posse direta e indireta da propriedade fundiária e, principalmente, nos lucros auferidos da renda da terra. Ao mesmo tempo em que o capitalismo moderno penetra no universo rural e desestabiliza toda a estrutura econômica e familiar do camponês brasileiro de cinco séculos de amanho da terra, ele impõe o êxodo forçado a milhões de famílias para as cidades médias e grandes, passando a contar com mais um contingente de trabalho para o seu exército de reserva cidadão.

Quem fizer hoje um estudo mais detalhado a respeito do milagre japonês pós-Segunda Guerra Mundial, tão difundido pelas elites nacionais dos países dependentes, vai constatar que o referido desenvolvimento econômico do Japão é decorrente de muitas causas, tais como: a formação milenar da nacionalidade japonesa; a disciplina e o empenho do asiático em termos de trabalho; a estrutura salarial diferenciada na questão do sexo e

idade (o homem ganha mais do que a mulher, esta mais do que o menor) na execução do mesmo trabalho; a excessiva jornada de trabalho; o rígido sistema escolar; a estrutura hierárquica de poder ancestral, em que o homem tem ascensão sobre a mulher, a mãe sobre o filho; o plano Marshall que obrigou o Japão derrotado a ingressar na economia de produção e mercado do grande capital americano, via fusão ou consórcio das grandes empresas japonesas com as americanas, etc.

Não resta dúvida de que a 2.^a potência econômica do mundo capitalista tem como identidade as filiais das multinacionais americanas espalhadas nos espaços regionalizados da produção e reprodução do capital no mundo.

O capitalismo é um só em qualquer nação da Terra. Possui uma filosofia, uma ideologia e uma práxis globalizante, muito embora assuma, neste ou naquele espaço geográfico, uma aparência diferenciada.

No sentido de contribuir para a mundialização do capital financeiro, os economistas burgueses e mesmo geógrafos criaram inúmeras teorias econômicas destinadas ao planejamento regional, muitas delas utilizadas na ciência geográfica. Exemplos: lei de Thünen; lugares centrais; difusão espacial; descentralização industrial; polarização, etc.

O fundamental é, para nós que trabalhamos com a Geografia, aprofundar cada vez mais o nosso conhecimento a respeito da filosofia, ideologia e práxis dos mentores e executores do capitalismo. Do mesmo modo, sobre a formação sócio-econômica capitalista e respectivo modo de produção em sua relação dialética entre a infra e a superestrutura econômica. Cabe-nos, portanto, entender como a base material (infra-estrutura econômica) alimenta as diferentes formas de consciências sociais: jurídica, educacional, científica, filosófica, ética, estética, religiosa, militar, etc., (contidas na superestrutura do aparelho de Estado) e é alimentada por ela (interação dialética).

A história do sistema produtor de mercadorias pós-Segunda Grande Guerra tem revelado que o endividamento é a melhor arma ideológica para submeter as nações neocolonizadas ao domínio político, econômico, científico, tecnológico e cultural das nações hegemônicas. Todavia, no processo de produção, com a acumulação e concentração do capital, a repartição do 'bolo' vai se tornando cada vez mais difícil, em vista de os interesses inter-

capitalistas serem conflitivos. Daí, há necessidade de um maior saque e partilha das nações dependentes. O fato de o capitalismo gerar capitalismo através da pequena e média empresa, de acordo com Lênin, não é suficiente para dar continuidade ao sistema e seu regime político.

Atualmente, a acumulação e a concentração via capital produtivo são insuficientes para atender a própria demanda existencial do capitalismo. A nova capitalização exige colocar em prática novas variáveis, entre elas, o capital acionista ligado às grandes transações nas bolsas de valores. Por sua vez, os meios de comunicação científico-tecnológicos (imagens de satélites, informatização integrada, etc.), cada vez mais precisos e velozes, permitem realizar transações financeiras e comerciais rapidíssimas em todos os quadrantes do planeta Terra.

O capital comercial hoje atinge um peso extraordinário na reprodução capitalista. Se durante uma década a Trilateral – representada por mais de 200 magnatas dos Estados Unidos, Japão, países da Europa Ocidental e por representantes de centrais sindicais da social democracia norte-americana e européia, etc. – deu sustentação ao sistema em crise⁷, hoje em dia, a estratégia neocolonialista assume uma nova roupagem. Não basta apenas planejar novas "DIT" para solucionar as crises cíclicas e dar continuidade a novas ganâncias.

Aos espaços regionalizados do mundo subdesenvolvido cabe a produção de alimentos e de essências vegetais; ao mundo desenvolvido industrializado investimentos em tecnologia de ponta (automação e circuitos integrados, robotização, informatização, ligas especiais, cerâmicas avançadas, instrumentais de alta precisão tecnológica, microeletrônica, etc.), a fim de que se criem mercadorias altamente rentáveis em termos de capitalização.

7 As crises têm sido uma constante na história do capitalismo. A título de exemplificação: a de 1857(Europa, A. do Norte e A.do Sul); a de 1873(todos os países e como epicentro os Estados Unidos); a de 1900(Alemanha, Estados Unidos); a de 1907(todos os países); a dos anos 1920-21(a maioria dos países, mas, principalmente, Estados Unidos, Grã-Bretanha e Japão); a de 1929-33(a mais profunda de todas), e seguem as de: 1937-1938; 1948-1949; 1953-1954; 1957-1958; 1960-1961; 1969-70; 1973-1975; 1980-1982, etc.

A potencialidade em RN do mundo subdesenvolvido está sendo pesquisada e transformada em 'bancos genéticos' para atender o futuro do capitalismo.

RÉSUMÉ

Cet article a pour objectif celui de montrer le sous-développement de l'Amérique Latine imposé par le colonialisme et le néo-colonialisme. D'abord, il cherche à mettre en évidence le rôle qu'ont eu dans cette politique l'Inquisition et l'Illuminisme; ensuite, il montre la domination impérialiste via mondialisation du capital financier, celui-ci justifié par des théories idéologiques (géographiques et économiques) du libéralisme et du néo-libéralisme politique et économique actuels.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. *A expansão econômica dos EUA: América Latina*, Moscou: Ed. Nauka, 1985.
- FORBES, D. K. *Uma visão crítica da Geografia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989.
- GALEANO, E. *Las venas abiertas de América Latina*. 16 ed. Colômbia: Ed. Seculo Veintuno, 1977.
- GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E TECNOLOGIA. In: *Terra Livre*, São Paulo, AGB, 1992. v. 9
- GOMES, H. A Geografia e suas implicações no subdesenvolvimento do terceiro mundo. *Boletim Paulista de Geografia*, v.59, 1982.
- GRIGULEVICH, I. *História de la inquisicion*. Moscou: Ed. Progreso, 1985.
- HALL, G. *O imperialismo hoje* (tradução). Lisboa: Ed. Estampa, 1975 (Coleção Teoria, 30).
- KURZ, R. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

- LÊNIN, V. I. El imperialismo: fase superior del capitalismo. In: *Obras Escogidas*. Moscou: Ed. Progreso, 1981. v.1.
- MARX, K. *O Capital: o processo de produção do capital*. São Paulo, Difel, 1984. I.1
- MÉSZAROS, I. *Produção destrutiva e Estado Capitalista*. São Paulo: Ed. Ensaio, 1989.
- RAPOS, R. *Crisis econômicas do capitalismo contemporâneo*. Praga: Agência de Imprensa ORBIS, 1983.
- RIBEIRO, D. *O dilema da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SANTOS, M. *Economia espacial*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- VOLKOV, M. *A estratégia atual do neocolonialismo*(tradução). Portugal: Ed. Calado Trindade, 1977.